

CORTEJO DE MISÉRIA: SECA, ASSISTÊNCIA E MORTALIDADE INFANTIL NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX NO CEARÁ

COURTEGE OF MISERY: DROUGHT, ASSISTANCE AND INFANT MORTALITY IN THE SECOND HALF OF THE 19TH CENTURY IN CEARÁ

Georgina da Silva GADELHA*

Zilda Maria Menezes LIMA†

Resumo: A História do Ceará é marcada pelas secas e suas consequências que geraram (e geram) migrações e mortalidade humana expressiva. Nosso objetivo é analisar a segunda metade do século XIX, sobretudo a seca de 1877-1879, conhecida como a “grande seca”, buscando compreender como o governo, a partir desse período, passou a entender a pobreza, a assistência e a caridade destinadas aos socorros dos migrantes que saíram do campo para os centros urbanos à procura de auxílio do poder público, o qual atuou dentro da perspectiva do controle e da disciplina. Procuramos demonstrar também a elevação significativa nas taxas de mortalidade infantil por terem sido as crianças, a parte da população que mais sofreu com a fome e as altas temperaturas e pelo tema ser uma questão pouco explorada na literatura cearense.

Palavras-Chaves: Seca; Assistência; Caridade; Mortalidade Infantil.

ABSTRACT: The history of Ceará has been marked by droughts and their consequences that have generated (and generate) migrations and expressive human mortality. Our objective is to analyze the second half of the 19th century, especially, the drought between 1877-1879, known as the “great drought”, seeking to comprehend how the government, from this period, started to understand the poverty, the assistance and the charity aimed to migrants’ aid who left the rural areas to the urban ones in search of assistance from the public power, which performed within the perspective of control and discipline. We also seek to show the meaningful rise in the infant mortality rates because the children suffered the most with the starvation and high temperatures and, as the theme is an issue rarely explored in the Cearense literature.

KEYWORDS: Drought; Assistance; Charity; Infant Mortality

As secas foram (e são) recorrentes na história do Ceará. A paisagem sertaneja, durante as estiagens, muda, dando passagem a cores pouco expressivas na vegetação, trazendo preocupação e dificuldades à população que vivia no campo, ao mesmo tempo em que preocupam os governos devido ao fenômeno das migrações campo/cidade.

* Pós-Doutoranda – Mestrado Acadêmico em História (MAHIS) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza. Bolsista CNPq. E-mail: georgina_gadelha@yahoo.com.br

† Pós-Doutora – Professora do Curso de História e do Mestrado Acadêmico de História (MAHIS) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza. E-mail: zilda.lima@uece.br

De acordo com Neves (2007), até o século XVIII, a principal vítima da seca era o gado, o rebanho. Os cronistas e estudiosos referiam-se prioritariamente às perdas materiais em seus registros. Foi ao longo do século XIX que esse quadro se modificou.

A mortalidade humana apresentou-se de forma expressiva. Uma das causas apresentadas para essa ampliação de vítimas da seca foi a migração campo/cidade, que favoreceu a violência (assassinatos), a fome (os recursos públicos não atingiam o migrante) e as doenças (epidemias).

Até o século XVIII, as causas da mortalidade humana ocorriam por ocasião da violência, sobretudo as provenientes de disputas políticas. Após esse período, as consequências das secas, em determinados casos com maior intensidade, contribuíram com o aumento da mortalidade.

O período de 1845-46 foi marcado pela seca, que durou apenas um ano. Porém há registros de processos migratórios para a capital cearense, onde vidas foram ceifadas, repetindo a sina do sertanejo atingido pela calamidade. O governo, de forma direta, mandou esmolas para o sertão, amenizando o problema.

A grande seca de 1877-1879, com duração de três anos, foi expressiva em suas consequências, fazendo com que a questão da violência assumisse plano secundário. Foi a partir dessa data que o termo “desvalido”, antes utilizado para designar uma pessoa vítima de violência, passou a ser associado ao retirante fugitivo das estiagens (SOUZA, 2015, p. 182).

A parcela social menos favorecida economicamente, durante o século XIX, foi a que mais sofreu com a falta de água, levando-a a processos migratórios do campo para a cidade, proporcionando um campo de conflitos de realidades diferentes. A seca deixava de ser apenas um fenômeno climático para ser uma questão social, atingindo campo e cidade. Os retirantes, dentro de uma perspectiva imaginária de centro administrativo e de poder, passaram a identificar a cidade como local de assistência aos pobres flagelados pela seca.

A migração fez com que o conceito de pobreza, caridade e responsabilidade social se transmutasse, levando o governo a assumir a gestão da pobreza sob as formas de controle, disciplinamento e caridade, com aparência filantrópica. Tal concepção, de acordo com Marcílio (2006, p. 195), surge para “[...] dar continuidade à obra de caridade, mas sob uma nova forma de assistência”. As ações em prol dos retirantes voltaram-se para os interesses do poder público e da elite local.

Os processos migratórios da segunda metade do século XIX ocorriam quando não havia mais esperança de precipitação de chuvas para fazer florescer o verde da natureza:

O abandono de suas casas e plantações só acontecia quando as últimas esperanças de chuvas já se haviam desvanecido e os grãos, que ficariam para as sementes, sido consumidos. Isso significava que, logo no início da jornada, já era precário o estado de saúde e de nutrição das famílias. Já saíam famintos de suas terras (NEVES, 2007, p. 27).

Os percursos das migrações são apresentados por intelectuais, sobretudo da área da saúde, como momentos de “degradação da condição humana”, marcados por alimentações inadequadas (raízes silvestres), mortes e antropofagia. Os retirantes chegavam à capital em intenso estado de miséria e abandono.

O homem, em determinados momentos, como demonstrou o farmacêutico Rodolpho Theophilo, no romance *A fome*, publicado em 1890, “animalizou-se” na busca da sobrevivência. Muitas vidas ficaram pelos caminhos migratórios, principalmente, as das crianças, que, diante da fragilidade corporal, sofriam com a fome, a sede e a temperatura elevada.

A fome alimentar, somada às altas temperaturas, causava desnutrição e doenças, sobretudo, as gastrointestinais na infância, fazendo com que o índice de mortalidade infantil fosse superior ao de adultos.

A assistência aos retirantes, que enfrentaram a indiferença e a violência, ficou muito mais relegada aos particulares, à caridade, do que às ações do governo, que pouco fazia para socorrê-los de maneira a restituir a dignidade da pessoa humana. O governo preocupa-se mais com o controle da massa amorfa, que tomava conta dos centros urbanos em busca de refúgio do que com os problemas reais da seca.¹

A partir dessas considerações iniciais, buscamos analisar como os retirantes das secas, com a devida ênfase na presença feminina, sobretudo das crianças, durante a segunda metade do século XIX, período marcado na historiografia pelos longos períodos de estiagens (1877-1879, 1888-1889, 1900), proporcionaram o “pensar” sobre a pobreza e a caridade por parte da intelectualidade e do governo, visto que tal particularidade modificou os quadros demográficos e sociais da capital cearense, tornando-se questão e problema social.

Cortejo de Miséria: seca, migrações e mortalidade

Nos períodos de baixa precipitação de água, na seca de 1877-1879, grande parte da população saiu do campo para as cidades à procura de melhores condições de vida e auxílio do governo,

A ‘grande seca’ de 1877 – ou a ‘seca-tipo’, como preferia Rodolpho Theophilo, seu grande cronista – trouxe para dentro de Fortaleza a presença impactante de multidões de retirantes esfaimados e andrógenos a implorar por ajuda, ‘contaminando’ a cidade com sua miséria explícita, suas doenças, seus ‘vícios’, sua fome, seus crimes e sua ofensiva ameaça à civilização. A vida urbana passa a ser o cenário privilegiado da seca (NEVES, 2007, p. 25).

Os retirantes, que passaram a habitar ruas e praças nos centros urbanos, pedindo esmolas, perambulando e estabelecendo-se, contrastavam com a elite da capital e com a ideia de uma cidade *Belle Époque*, voltada para o modelo francês de civilidade e progresso.

A ajuda oficial veio inicialmente por meio da filantropia que se dava nos abarracamentos constituídos para abrigar a pobreza transeunte da seca, como forma de minimizar os conflitos sociais, e posteriormente pelo trabalho:

Na capital, assim como em Aracati, o governo procurou organizar os acampamentos de refugiados – os ‘abarracamentos’, ajuntamentos de retirantes que procuravam se arranjar nas árvores ou construindo precárias barracas de palha – através de comissões de socorros formadas por pessoas pertencentes às classes mais abastadas da cidade. Os abarracamentos foram divididos em distritos, que a princípio eram nove, mas que chegaram a onze no final de 1878, e os retirantes divididos em turmas. Foram criados cargos remunerados para a direção destes distritos – comissários, administradores, encarregados de escrituração etc – enquanto que os chefes de turma eram escolhidos entre os próprios retirantes (NEVES, 2007, p. 31).

Ressalta-se que os abarracamentos, e, posteriormente, os Campos de Concentração, como passaram a ser denominados os locais onde os retirantes ficaram alojados nas secas do século XX, em sua essência inicial foram instituídos como forma de serviços de assistência, não fazendo parte dos serviços de trabalho.

De acordo com Rios (2001, p. 52), “o momento inicial projetava nos Campos a ideia de controle dos miseráveis, tão logo esse controle, em certa medida, se estabeleceu, emergiram as críticas ao prejuízo pela pouca utilização dessa mão-de-obra”, que era expressiva.

Os distritos situavam-se ao redor da capital cearense, com uma média de 9.295 pessoas por unidade, totalizando cerca de 111.540 indivíduos. Nos distritos, existiam três tipos de comissões básicas:

Havia a de Pronto Socorro encarregada de fornecer alimentos aos indigentes recém-chegados e distribuí-los pelos abarracamentos de acordo com os respectivos comissários. Havia uma Comissão de Emigração incumbida de alistar os desvalidos que quisessem emigrar para fora da província. Existia também uma Comissão Domiciliária para alistar as famílias que chegassem do sertão, e decidir sobre o socorro que devia ser distribuído semanalmente a cada uma delas (SOUZA, 2015, p. 187).

Souza (2015, p. 188) aponta a existência de um 13º Distrito que estava em formação e contava com 400 famílias à espera de alistamento e 100 crianças para matricular nas escolas. Mulheres e crianças eram a maioria da população dos abarracamentos. “Segundos os dados computados pelos encarregados Manoel Antônio e Marcelino, num abarracamento localizado no oitavo distrito existiam 226 homens e 1.198 mulheres. Esse abarracamento abrigava ao todo 2.632 pessoas, incluindo-se as crianças” (SOUZA, 2015, p. 193).

No 7º Distrito, durante a seca de 1879, os dados registram 1.132 adultos (146 homens e 986 mulheres) e 1249 crianças. As crianças representavam mais de 50% da população nos alojamentos do governo, vítimas das consequências da seca.

Os abarracamentos assumiram a forma de estabelecimentos de segregação social por parte dos retirantes (manutenção da ordem), os quais não se misturavam com as elites locais, bem como espaço de fomento ao trabalho (mão-de-obra) para as atividades do governo e seus ideais de modernização e progresso. O trabalho era concebido não somente como meio para dignificar o homem ocioso, como também servia para a realização das obras públicas, como ferrovias e calçadas, por exemplo.

Por meio da quantidade de ruas construídas ou reformadas durante as secas de 1877/1879 e 1888, observa-se como a utilização da mão-de-obra do retirante, a qual era quase gratuita, teve um papel significativo na execução de obras públicas: no ano de 1879 foram inauguradas 14 ruas e em 1888, 38 ruas, totalizando para esses períodos 52 novas pavimentações (RIOS, 2001, p. 25).

Nos distritos, as pessoas, independente de sexo ou idade, eram categorizadas em “válidas e inválidas” para o trabalho. Os critérios utilizados para a invalidez eram: “[...]”

a doença, a velhice, a deficiência física, o abandono, a viuvez e a orfandade” (SOUZA, 2015, p. 195).

O quadro abaixo, elaborado por Souza (2015), referente ao ano de 1879, demonstra a quantidade de pessoas que eram consideradas válidas para o trabalho. A categorização de “válido” não significava que a pessoa fosse desenvolver atividades nas obras públicas. Nem todos conseguiam trabalhar para o poder público.

A apresentação dos dados contendo a classificação da população do 7º (sétimo) Distrito está dividida por sexo:

Tabela 1: Abarracamentos S. Sebastião (Fortaleza, 7º Distrito)

CLASSIFICAÇÃO DA POPULAÇÃO	QUANTIDADE
HOMENS VÁLIDOS	114
HOMENS INVÁLIDOS	32
MULHERES VÁLIDAS	847
MULHERES INVÁLIDAS	139
MENINOS VÁLIDOS	275
MENINOS INVÁLIDOS	36
MENINAS VÁLIDAS	892
MENINAS INVÁLIDAS	46
Total	2.381

Fonte: Souza, 2015, p. 194.

A mão de obra feminina e infantil, em quantidade expressiva, era utilizada também nas obras públicas. Tal prática gerava revolta nos homens que habitavam esses espaços, uma vez que tentavam reproduzir a mesma estrutura familiar do sertão, onde as mulheres cuidavam da casa.

As dificuldades em administrar esses estabelecimentos foram muitas. A quantidade de pessoas era expressiva e os desmandos na administração, na contratação para trabalhar nas obras públicas, a distribuição de esmolas e alimentação eram alvos constantes de irregularidades. Existiam pessoas que tentavam enriquecer às custas dos retirantes (NEVES, 2007) e havia casos de criaturas torpes que buscavam tirar proveito dos retirantes, sobretudo das mulheres e das meninas (SOUZA, 2015, p. 188).

Apesar de todos os problemas na gestão dos abarracamentos e das tentativas de organização, o controle dos retirantes se fazia necessário em prol da modernização urbana e da salubridade. Urge ressaltar que as mulheres e os órfãos, com o término da seca, não eram obrigados a retornar ao sertão, por serem considerados inválidos. Ficavam na

capital, exigindo mais atenção por parte do governo, que se via obrigado a elaborar planos de ações para essas pessoas, com a finalidade de coibir a mendicância.

No sexto distrito, por exemplo, das 1.838 mulheres abarracadas, 963 eram viúvas (52,39%). Das 1.950 crianças, 1.140 eram órfãos (58,46%) (SOUZA, 2015, p. 200). Ou seja, mais da metade da população feminina era considerada “inválida” e o mesmo julgamento era atribuído à população infantil em igual proporção. O governo, em atenção ao controle das crianças órfãs, pobres e desvalidas, contou com a Colônia Orfanológica Cristina (1880) e a atuação da Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará (1864) no recrutamento de “menores vadios”.

A Colônia Orfanológica Cristina, destinada a asilo de órfãos desvalidos e a escola de agricultura, fora instalada a 45 quilômetros da capital. De acordo com o Conselheiro André Augusto de Pádua Fleury, no Relatório em que passa a administração da província do Ceará ao senador Pedro Leão Velloso, no ano de 1881, a criação desse estabelecimento era “benéfica” e “útil” porque estava se vivendo uma época “[...] em que o flagelo da seca deixava ao desamparo centenas de crianças, que haviam perdido pai e mãe, e da caridade pública reclamavam abrigo e educação”.

A colônia orfanológica mantinha “[...] uma forma de organização – de espaço e pedagógica – que submetia os indivíduos a um total controle, sob regime de internato” (MARCÍLIO, 2006, p. 211). A criança inserida na Colônia receberia formação necessária para o bom desenvolvimento do homem útil, produtivo, trabalhador.

Os abarracamentos adentraram o século XX sob a forma de “campos de concentração”, situados próximos aos bairros pobres, como forma de manter os retirantes afastados do centro da cidade.

O médico Thomaz Pompeu Filho (1983, p. 33) descreveu a seca de 1877, procurando demonstrar o retrato da seca (falta de água) e suas consequências na natureza (ausência de alimentos) e na sociedade (migração):

Os gados morriam à falta d'aguadas, as lavouras extinguiram-se e a ligeira provisão de víveres, conservadas como reserva por muitos, pouco a pouco esgotou-se. De setembro em diante a fome era geral, os socorros públicos, mal administrados, não chegavam regularmente aos lugares mais afetados; quem possuía algum bem ou valor desfazia-se dele a troco de farinha ou de outro gênero de primeira necessidade. As poucas e afetadas aguadas, como açudes e poços deixados no leito dos rios depois das cheias, evaporaram-se, rara ficando em um outro ponto da província. Mesmo as pessoas que eram reputadas abastadas, receosas de ficarem bloqueadas e sem comunicação com o litoral, longe de

qualquer auxílio, fugiram, desampararam suas casas e fazendas. O sertão tornou-se quase deserto.

A partir de segunda metade do século XIX, verifica-se, dentro dos períodos secos, intensidade nas epidemias, que contribuíram para o aumento da mortalidade. De acordo com Barbosa (1994, p. 55), no referido século, foram observadas catástrofes: “as secas, as epidemias e a fome que grassaram na região foram responsáveis pela morte de milhares de cearenses.” Os números de óbitos eram expressivos e atingiam adultos e crianças.

Na década de 1850, o número de pessoas vítimas da febre amarela no Ceará foi de 17.440, sendo que desse total de pessoas atacadas, faleceram 652. Em uma população de 15.000 pessoas, como era o caso previsto de Fortaleza, calculou-se que 8.000 tiveram a doença, sendo apenas 261 óbitos.

Na década de 1860, o *cholera-morbus* manifestou-se em Icó, tendo se espalhado posteriormente pela província. A localidade que mais sofreu com a doença foi Maranguape, que registrou 1.960 óbitos, entre as mais de 5.000 pessoas acometidas pela enfermidade.

O total de mortos no Ceará, em 1862, pela doença foi de 10.402. Em 1864, o *cholera-morbus* se manifestou novamente atacando 6.599 pessoas, sendo que dessas, faleceram 886 (STUDART, 1997, p. 48-54).

As décadas de 1870 e 1880 foram marcadas pela seca, fome, varíola e febres. “Morria-se de fome, *puramente de fome* nas ruas das cidades, pelas estradas[...]” (STUDART, 1997, p. 19). Essa citação, retirada do livro *Climatologia, epidemias e endemias do Ceará*, retrata a realidade da seca de 1877, 1878 e 1879, conhecida como uma das mais rigorosas, que ceifou muitas vidas em sua passagem.

Em um único dia, 10 de dezembro de 1878, alcançou a cifra de 1.004 pessoas falecidas pela varíola (THEOPHILO, 1997, p. 38).

O ano de 1878 terminou com 119.000 óbitos no estado do Ceará (STUDART, 1997).

As pessoas obrigadas a migrar, do campo para os grandes centros urbanos, à procura de condições melhores de sobrevivência, aglomeravam-se, crianças e adultos, facilitando a transmissão e o contágio.

O jornal *O Retirante*, no dia 01 de julho de 1877, retratou o trajeto migratório que, por vezes, se dava em famílias, evidenciando as mazelas ocasionadas pela seca:

Coitados, trazem nos trôpegos e ávidos passos, na pendida e amarelecida frente, no incerto e desvairado olhar, nas poucas vestes, que lhes cingem o corpo, na face deprimida e lívida – o verdadeiro cunho da miséria e da fome [...]. Vacilam e fraquejam por toda a parte os nossos desalentados, desprotegidos e macerados irmãos, sobre a terra firme [...]. Como verdadeiros embriagados tombam, caem e morrem em aluvião nas estradas públicas, sem encontrar um marco miliário para repousar por um instante *se quer* a cabeça transtornada.

As crianças também sofriam com o trajeto migratório, conforme narra o jornal *O Retirante*, no dia 02 de julho de 1877:

Exalou hoje o último suspiro uma criança que, nua e esquelética há quinze dias, aqui chegou açoitada pelos vendavais da miséria que assola os sertões. O seu cadáver ali o vê hirtto, exangue, reduzido à simples ossada e a tênue pele que a cobre, como para atestar em caracteres horrendos os sintomas da fome, de que tombou vítima.

A situação calamitosa do Ceará, na seca de 1877, chamou a atenção de outros centros urbanos.

O jornal *O Besouro*, do Rio de Janeiro, na seção “Páginas Tristes”, publicou, em 20 de julho de 1877, imagens produzidas por José do Patrocínio, correspondente do jornal carioca *Gazeta de Notícias* que viera ao Ceará para mandar notícias para a Corte sobre a seca na província.

A imagem abaixo retrata duas crianças vítimas da seca (estiagem, escassez de água e alimentação) e seus efeitos sobre os corpos frágeis, ainda em formação:

Foto 1: Cenas da Seca



Fonte: Páginas tristes, *O Besouro*, Rio de Janeiro, 20 jun. 1877, p. 121.

Observa-se, na imagem, duas crianças, meninos, com magreza extrema, onde se é possível visualizar a estrutura óssea de cada uma delas. O rosto sem brilho, sem expressão. O jornal *O Besouro* (1877, p. 122) definiu as imagens como sendo “[...] dois verdadeiros quadros de fome e miséria.” E relatava que era nessa situação que os retirantes chegavam à capital, onde quase sempre morriam por ocasião do pouco socorro que era distribuído “[...] de maneira improficua”.

As pessoas mais desfavorecidas economicamente eram as que mais sofriam e tornavam-se vítimas das consequências das estiagens. O jornal *O Retirante* (1877, p. 3) registrou a seguinte passagem abaixo:

Impossível é contar-se as caravanas de emigrantes que aqui chegavam (em 1877) vindos de diversos pontos da província, descalço, andrajosos, imundos, macilentos, desenhados na fisionomia os horrendos sintomas da miséria! Este quadro desolador é a reprodução, em traços muito mais negros e salientes, das secas de 1724 a 1727, de 1733 a 1736, de 1777, 1792, 1825, 1827 e 1845. De tão dolorosa e repetida experiência a nossa indolência e imprevidência não colheu uma só lição!

Passados dez anos da grande seca 1877-1879, o Ceará presenciou outra seca de grande intensidade nos anos de 1888 e 1889, trazendo consigo número expressivo de mortos e enfermidades, que atingiram, sobretudo, a população pobre e carente.

Nesses dois anos, o número de mortos na capital alcançou o número de 3.985, sendo que 2.550 eram crianças, ou seja, 64% dos falecidos.

De 1885 a 1900, em dezesseis anos os dados revelam que o número de crianças falecidas foi maior que o número de adultos, conforme se observa no quadro abaixo:

Quadro 2: Mortalidade em Fortaleza (1885-1900)

ANO	ADULTOS	CRIANÇAS	TOTAL
1885	502	528	1030
1886	492	450	942
1887	497	424	921
1888	620	862	1482
1889	814	1688	2502
1890	700	632	1332
1891	669	716	1385
1892	832	1042	1874
1893	525	790	1315
1894	750	716	1466
1895	820	720	1540
1896	780	777	1557
1897	763	980	1743
1898	710	748	1458
1899	885	1052	1937
1900	954	1062	2016
TOTAL	11.313	13.187	24.500

Fonte: STUDART, Guilherme. *Norte Médico*, maio de 1913, p. 21.

As crianças, mal alimentadas e sob condições precárias de higiene eram as que mais sofriam com as estiagens e a ausência de ações governamentais. O caráter improvisado e precário das práticas de saúde, objetivando o atendimento dos mais necessitados implicou, durante a segunda metade do século XIX em grande monta, na criação dos lazaretos e da Santa Casa, no sentido, talvez, de tornar mais usual a prática da hospitalização dos enfermos. Porém, a improvisação, o imediatismo e as medidas provisórias em momentos de calamidade, marcaram o que podemos chamar de assistência aos setores pertencentes aos segmentos populares da cidade e seu entorno (LIMA, 2010, p. 28).

Assistência à Criança Desvalida

O governo muito pouco fazia para auxiliar os retirantes da seca. As pessoas recorriam à caridade particular, uma vez que a presença do governo em socorros era

inexpressiva. A saúde pública, durante o século XIX, era quase inexistente, muitas vezes relegada à caridade e à assistência particular, o que permitia que a mortalidade infantil alcançasse números significativos.

Na seca, por exemplo, de 1877, há registros de 13 senhoras de “alta posição e que possuem bens de fortuna” distribuídos, em locais diversos da cidade de Fortaleza, pedindo donativos para órfãos de casas de caridade.

A proteção à infância passou a fazer parte, sobretudo, dos discursos do século XIX, no Brasil. Em Fortaleza, essa proteção, no século XIX,² assumiu caráter caritativo iniciado no século XVIII, no sentido de “amor ao próximo”, de “fraternidade”, de “interesses pelo infortúnio do alheio”, “[...] sendo designada por uma variedade de termos, tais como compaixão, misericórdia, beneficência, benevolência e filantropia” (RIZZINI, 1997, p. 147).

De acordo com Rizzini (1997) esse sentimento é fruto de uma desigualdade social que faz surgir o sentimento de compaixão diante da miséria humana.

O assistencialismo é marcado pelo sentimento de fraternidade. Segundo Marcílio (2006, p. 134): “sua atuação se caracteriza(va) pelo imediatismo, com os mais ricos e poderosos procurando minorar o sofrimento dos mais desvalidos, por meio de esmolas ou das boas ações – coletivas ou individuais”.

De maneira geral, não havia preocupação com a mudança da condição social dos menos desfavorecidos. Assistir as crianças era uma maneira de auxiliar o próximo, o indefeso. Era uma virtude social. A caridade, percebida em uma perspectiva religiosa de assistência aos necessitados, quer de forma individualizada ou por meio da igreja, florescia no contexto de mazelas ocasionadas pela seca, escassez, fome e doenças.

A busca no auxílio ao menos favorecidos, fazia com que essas senhoras fossem alvos de comentários, conforme registrou o jornal *O Retirante* (1877, p. 2-3):

Essas senhoras, impelidas por um sentimento generoso, foram, entretanto, mal avisadas nesse cometimento: alguns, dizem que não é por espírito de caridade que assim praticam; outros que para mostrarem os vestidos – amarelo, azul, verde ou preto, o chapeuzinho da moda, o leque de cetim, a botina, o cinto e diversos objetos de *toilette* etc. etc.; muitos que seriam melhor que estivessem em suas casas tratando de seus afazeres domésticos, na educação dos filhos e da família, enfim, dos deveres que contraíram para com seus esposos perante Deus e a religião.

Inexistiam serviços de saúde organizados, o que havia eram medidas pontuais em momentos de calamidades para auxílio da população. As secas e suas consequências (migração, doença, morte), de acordo com Vasconcelos (1994), teriam motivado a construção da Santa Casa de Misericórdia,³ onde funcionou um orfanato para o sexo feminino (1900-1920), sob supervisão das irmãs vicentinas.

A ausência de roda dos expostos no Estado do Ceará fez com que surgissem outras formas de assistência, como foi o caso do orfanato que tinha o objetivo de proteger as meninas órfãs e pobres, indo ao encontro dos moldes das “Casas de Recolhimento”. Quase todas as províncias, a partir da segunda metade do século XIX, criaram estabelecimentos que atendessem as meninas órfãs e expostas sob a orientação religiosa:

A administração desses novos estabelecimentos, em sua maioria, foi confiada às Irmãs de Caridade de São Vicente de Paula. As primeiras religiosas, vindas de Paris, no início da década de 1850, logo procuraram inaugurar uma nova forma de administrar esses Recolhimentos, instituindo a disciplina, os horários rígidos, a educação formal e profissionalizante, as regras mínimas de higiene. A partir da segunda metade do século XIX, o sistema de internamento das meninas passou a cuidar da educação elementar e da educação profissional, além da formação moral e religiosa (MARCÍLIO, 2006, p. 177).

“Os recolhimentos foram criados para resguardar a honra e a virtude da mulher” (MARCÍLIO, 2006, p. 165). A primeira Casa de Recolhimento no Brasil foi fundada na Bahia (1716), para meninas órfãs e pobres; a segunda foi criada no Rio de Janeiro (1739) junto ao Hospital da Santa Casa.

Antes do orfanato vinculado à Santa Casa, em 1880, havia no Ceará, no município de Redenção, a Colônia Agrícola Orfanológica Cristina, a qual recebia menores de ambos os sexos. Marcílio (2006, p. 212) informa que, em 1881, existiam na colônia 258 abrigados, sendo 204 meninas e 54 meninos.

O terreno para a construção da Colônia fora doado pelo Comendador Luiz Ribeiro de Cunha, em 1878, seguindo o modelo da caridade particular. A Colônia teve como seu primeiro administrador o capuchino Miguel Ferreira de Mello, o qual “[...] com os próprios rendimentos da colônia fez as necessárias instalações, e, depois de certa duração, deixou a administração, entregando um saldo superior a 4 contos de reis” (RIBEIRO, 1922, p. 351-352).

No período de 1886 a 1889, a Colônia fora administrada pelo médico Manoel Theophilo da Costa Mendes:

Foram 4 anos proveitosíssimos à educação de mais de cem órfãos [...]. Mendes estabeleceu com os órfãos várias oficinas, arrou e cultivou terrenos, melhorou e construiu edifícios, açudou a lagoa de canafístula [...] e organizou uma banda de música (RIBEIRO, 1992, p. 352).

Até a construção da Santa Casa de Misericórdia (1857), cujo funcionamento ocorreu em 1861, o que havia eram os lazaretos, com frequência, sob a direção das irmãs de misericórdias e dirigidos aos pobres. Foram criados inicialmente com o objetivo de “[...] isolar os hansenianos do convívio da comunidade” (BARBOSA, 1994, p. 47). Tendo posteriormente ampliado suas funções para receber todas as pessoas acometidas de qualquer doença contagiosa e epidêmica, como a varíola e a cólera.

O Lazareto de Jacarecanga, denominado de hospital pelas autoridades, foi criado para atender os doentes, vítimas de varíola no ano de 1814, sob a forma de isolamento. “A Junta Real da Fazenda determinou, em 8 de junho de 1814, que todos os pobres, vítimas desse contágio, fossem assistidos pelo hospital que para este fim se erigiu no sítio denominado Jacarecanga” (BARBOSA, 1994, p. 48).

Em 1855, no lugar denominado Lagoa Funda, houve a construção de um novo lazareto.

A estrutura dos lazaretos era precária, sob a forma de galpão, servindo mais de lugar de “depósito” de enfermos que de ambiente de cura e cuidados. Não havia preocupação com o bem-estar e a saúde das pessoas que lá eram colocadas:

[...] esses lazaretos não passavam de sítios nas cercanias da cidade, com algumas casas de taipa, cobertas de palha, construídas pelo poder público, conforme as necessidades do momento. Os doentes ali recolhidos praticamente não tinham assistência médica. Geralmente eram assistidos por um ‘enfermeiro prático’ que tinha mais a função de vigiá-los do que mesmo de tratá-los (BARBOSA, 1994, p. 47).

Com a construção da Santa Casa (1857), os lazaretos foram abandonados. Neves, ao analisar a seca de 1878 e sua repercussão na literatura, demonstra a construção de uma “rede de solidariedade” em prol dos mais necessitados:

Por quase todas as províncias, ao mesmo tempo, expandiu-se uma rede de solidariedade que se organizava a partir de inúmeras “comissões de socorros”, formadas por pessoas caridosas, cearenses ou não, que recolhiam alimentos e dinheiro, enviando os valores apurados ao Presidente da Província do Ceará, para que fossem distribuídos entre os pobres. Na Corte, o médico Liberato de Castro Carreira liderou uma

Página | 114

Georgina da Silva GADELHA

Zilda Maria Menezes LIMA

História e Cultura, Franca, v. 6, n. 2, p.101-118, ago-nov. 2017.

grande campanha de arrecadação de donativos e, como tesoureiro da “comissão de socorros” local, prestou contas nos jornais do dinheiro enviado à sua terra natal; ao mesmo tempo, denunciou os obstáculos que enfrentou para desempenhar sua caridosa missão e ainda escreveu artigos sobre as medidas a serem implementadas para atenuar os efeitos da seca (NEVES, 2007, p. 83).

A assistência e a caridade particular assumiram as mais variadas formas e denominações em prol da população mais carente do Estado. As mudanças climáticas castigavam a população com uma alimentação insuficiente, de má qualidade e assim ficava suscetível a doenças. Morria-se de doença e de fome.

Existência Material Infantil: seca, doenças, mortes

De acordo com o presidente da província, Antônio Pinto Nogueira Acioly, na sua mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Ceará, em 1º de julho de 1899, o tributo à morte era pago pelos dois extremos da vida: “a velhice e a infância”.

O presidente da província ressaltou que, nos quatro primeiros meses (jan. a abr.) do ano de 1899, de um total de 972 óbitos, 608 foram crianças (63% do total). “[...] Cifra, em verdade, bem desproporcionada para uma população de cerca de quarenta mil habitantes” (p. 13).

As mortes foram ocasionadas principalmente por moléstias do aparelho digestivo (gastroenterite, diarreia e disenteria), febres paludosas e influenza (pulmonar, gástrica e nevralgica).⁴

As doenças do aparelho digestivo foram as mais correntes nos Relatórios dos Presidentes da Província, constituindo-se como uma das principais preocupações da mortalidade infantil, tendo, inclusive, adentrado o século XX como pauta de debate por parte dos profissionais da saúde ao que se refere ao seu entendimento, causa e prevenção.

A gastroenterite era definida como sendo “[...] inflamação simultânea do estômago e dos intestinos” (CHERNOVIZ, 1890, t. II, p. 37). A diarreia era consequência de alimentos em excesso ou nocivos, que atuavam diretamente no aparelho digestivo. “Nas crianças que mamam é frequentemente ocasionada pelas qualidades do leite da ama, pelo uso prematuro de alimentos demasiado fortes, e pela dentição” (CHERNOVIZ, 1890, t. I, p. 864).

A disenteria era entendida como evacuações misturadas com sangue. Sua causa frequente eram as temperaturas elevadas; o uso de comidas indigestas; carne de animais e águas impróprias ao consumo (CHERNOVIZ, 1890, t. I, p. 887).

Nos meses seguintes de março a dezembro de 1899, as cifras dos números de mortos entre adultos (438 óbitos) e crianças (433 óbitos) quase se equiparam. Nos meses de maio, julho, agosto e dezembro, o número da mortalidade infantil ultrapassou a dos adultos.

O impaludismo, a tuberculose e as lesões cardíacas são apontadas como causa das mortes nos meses de março a dezembro de 1899, pelo presidente da província Antônio Pinto Nogueira Acioly, em sua mensagem à Assembleia Legislativa do Ceará, em 1º de julho de 1900.

A seca trazia consigo a elevação do calor, a ausência de alimentos apropriados para a alimentação e as migrações constantes, ou seja, um conjunto de elementos que propiciavam as doenças do aparelho digestivo. Cuidar da saúde da criança significava também orientar sobre a alimentação correta, tema importante e bastante debatido no final do século XIX e, sobretudo, na primeira metade do século XX.

Considerações Finais

O século XIX, no Estado do Ceará, fora marcado por intensos períodos de estiagens, tendo as secas de 1877/1879 e 1888 sido rigorosas, ocasionando intenso fluxo migratório do campo para as cidades. Nesse contexto, pensar a pobreza transeunte, seu disciplinamento e controle, bem como um modelo de assistência, foi importante para afastar o retirante dos centros urbanos (praças e ruas), onde, sobretudo, a elite local, inserida em uma cidade que se “modernizava”, incomodou-se com a presença da pobreza famélica em praças e ruas. A segregação social, por parte das famílias abastadas, fazia-se necessária. Espaços de controle e instituições de acolhimento foram criados para permitir o afastamento das pessoas indesejadas dos centros urbanos, dentre eles: Lazaretos, Asilo de Alienados, Dispensário dos Pobres, Asilo de Mendicidade e os abarracamentos.

Os abarracamentos foram importantes para conter os retirantes, inicialmente na perspectiva do abrigo e da alimentação, e, posteriormente, por meio da força de trabalho, cuja recompensa variava de acordo com a atividade desenvolvida. Durante o processo migratório muitas vidas foram ceifadas. O governo agia de forma demorada e com ações

pontuais. A parcela da sociedade que mais sofreu vítima das altas temperaturas, da fome e das doenças foram as crianças.

As altas taxas de mortalidade infantil durante a segunda metade do século XIX e início do XX levaram ao despertar para a necessidade de um amplo debate sobre a preservação da vida infantil, no cuidado com a saúde para o bom desenvolvimento das crianças.

Referências

BARBOSA, José Policarpo. *História da saúde pública do Ceará: da colônia a Vargas*. Fortaleza: Edições UFC, 1994.

CHERNOVIZ, Pedro Luiz. *Diccionario de medicina popular*. Pariz: A. Roger & F. Chernoviz, 1890, t. I e II.

Comissões de Pedintes. *O Retirante*. Orgam das Victimias da Secca. Anno I, Fortaleza, domingo, 29 jul. 1877.

Governo assassino! *O Retirante*. Orgam das Victimias da Secca. Supplemento ao n. 2, Fortaleza, 02 jul. 1877.

LIMA, Zilda Maria Menezes. *Uma enfermidade à flor da pele: a lepra em Fortaleza 1920 194 (e cinco)*. Fortaleza: Secult, 2010.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *História social da criança abandonada*. São Paulo: HUCITEC, 2006.

NEVES, Frederico de Castro. *A miséria na literatura: José do Patrocínio e a seca de 1878 no Ceará*. Tempo, Rio de Janeiro, vol. 11, núm. 22, p. 80-97, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v11n22/v11n22a05.pdf>. Acesso em: 20 de dez. 2016.

Noticiário. *O Retirante*. Orgam das Victimias da Secca. Anno I, Fortaleza, 15 jul. 1877.

O Ceará. *O Besouro*, Rio de Janeiro, 20 jul. 1878.

O retirante. *O Retirante*. Orgam das Victimias da Secca. Anno I, n. 2, Fortaleza, 01 jul. 1877.

Páginas Tristes. *O Besouro*, Rio de Janeiro, 20 jul. 1877.

POMPEU FILHO, Tomás. *Ensaio estatístico do Ceará*. Fortaleza: Tipografia do jornal A República, 1893.

RIBEIRO, Raimundo Francisco. Rearborização do Ceará. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará*, Fortaleza, ano XXXVI, p. 346-360, 1992.

RIOS, Kênia de Sousa. *Campos de concentração no Ceará: isolamento e poder na seca de 1932*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria de Cultura e Desporto do Ceará, 2001.

RIZZINI, Irene. *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Amis, 1997.

SOUZA, José Weyne Freitas. Secas e socorros públicos no Ceará: doença, pobreza e violência. *Projeto História*, São Paulo, n. 52, p. 178-219, jan.-abr., 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/download/23269/18606>. Acesso em: 15 de mar. 2017.

STUDART, Guilherme Barão de. *Climatologia, epidemias e endemias do Ceará*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

_____. Conselho Geral da Província do Ceará. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará*, Fortaleza, ano XXXVI, p. 456-494, 1922.

_____. Sobre o obituário infantil em Fortaleza. *Norte Médico*, maio de 1913.

TEOPHILO, Rodolpho. *A fome*. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002 (1ª Publicação em 1890).

_____. *Variola e vacinação no Ceará*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997 (1ª Publicação em 1904).

VASCONCELOS, Argos. *Santa Casa de Fortaleza (1861-1992)*. Fortaleza: Gráfica Batista, 1994.

Notas

¹ As questões da seca de 1877-1879 foram tradas pela Comissão de Socorros e Obras Públicas. A partir de 1906, diversos órgãos foram criados: Secretaria de Estudos e Obras Contra as Secas (SEOCS), Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), em 1909, e a Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), em 1919.

² No início do século XIX, O Conselho Geral da Província do Ceará, constituído em 1825, reuniu-se, nos meses de dezembro de 1829 e janeiro de 1930, para deliberar sobre a construção da Roda dos Enjeitados e manutenção dos expostos à custa dos rendimentos da Câmara. Da reunião, entende-se a recusa na construção da Roda, por já ter a Câmara desenvolvido atividade caritativa de auxílio às crianças por meio da ama de leite. Entretanto, por conta da “(...) incúria do seu pagamento às amas de leite pouco cuidavam dos enjeitados e a maior parte deles tinham sucumbido.” Acrescentou-se, ainda, que o Cirurgião de partido da Câmara contratado para examinar o leite, não o fazia, “(...) o que concorria para avolumar o obituário” (STUDART, 1922, p. 459).

³ Na Santa Casa de Misericórdia do Ceará não foi criada Roda dos Expostos, como ocorreu na Bahia (1726), Rio de Janeiro (1738), Recife (1789), São Paulo (1825), dentre outras.

⁴ As doenças do aparelho digestivos foram priorizadas na análise por serem correntes nos Relatórios dos Presidentes de Província do Estado do Ceará. Essas doenças adentraram o século XX como uma das preocupações centrais dos profissionais da saúde. O jornal *O Povo* apresenta, na primeira metade do século, várias matérias sobre a questão da alimentação infantil. Sobre o assunto conferir: Relatórios de Presidente de Província do Estado do Ceará (segunda metade do século XIX) e jornal *O Povo* (primeira metade do século XX).